

Capítulo 3

BOLETIM CLAMOR: IMPrensa DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA OS PAÍSES DO CONE SUL (1978-1985)

Heloisa de Faria Cruz¹

Com o presente damos início às atividades do Comitê dos Direitos Humanos do Cone Sul – órgão vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo [...] (que tem como objetivo) a defesa dos direitos humanos na América Latina, especialmente nos países do Cone Sul .(e) Com a finalidade de dar a conhecer suas atividades, periodicamente editará o presente boletim com informações².

O trecho acima reproduzido introduz o editorial do primeiro número do Boletim CLAMOR, lançado em junho de 1978, e torna pública a atuação do comitê identificando seu campo de atuação como o da defesa dos direitos humanos nos países do Cone Sul. Ainda nessa pequena apresentação, assumindo o lugar de sua fala no campo de resistência que então se definia, por meio do Boletim, os seus idealizadores indicaram que o Clamor atuaria em uma perspectiva cristã, ecumênica, sem filiação partidária e com objetivos humanitários. Entre 1978 e 1985, através do lançamento de 17 edições, o Boletim se firmaria como o principal órgão de imprensa do Comitê e teria repercussão efetiva junto aos movimentos de defesa dos direitos humanos em vários países da América Latina e outros continentes³.

A coleção do Boletim CLAMOR integra a série documental periódicos e publicações do Fundo Clamor que é composta por publicações voltadas para a defesa dos direitos humanos trazidas a público ou recebidas pelo comitê no decorrer daqueles anos. Vale notar que esta série documental, composta por mais de 400 títulos e 3.000 exemplares de livretos, panfletos, boletins e outras publicações periódicas editadas por uma grande quantidade de entidades de defesa dos direitos humanos, que atuavam não só nos países da América do Sul,

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Auxílio Regular à Pesquisa.

² Cf. Boletim CLAMOR, n. 1, jun. 1978, p. 1.

³ . O CEDIC possui os Boletins nas suas três edições, português, espanhol e inglês. Ver também CRUZ, Heloisa de Faria. Preservação e patrimonialização do acervo do Comitê de Direitos Humanos CLAMOR - 1978/1991. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 5, pp. 1-14, 2015.

mas também em outros espaços das Américas e do continente europeu, dá visibilidade a um conjunto bastante significativo do que se constitui como a imprensa de defesa dos direitos humanos que emergiu no continente no decorrer daquelas décadas e que cumpriu um papel fundamental na rede de denúncia e solidariedade contra as ditaduras então vigentes no continente.

Como sinalizam pesquisas, é justamente naquela conjuntura que uma grande variedade de indivíduos, grupos e entidades se organizam e propõem várias estratégias e formas de atuação conjunta voltadas à solidariedade aos perseguidos e refugiados dos diversos regimes e de denúncia das arbitrariedades cometidas pelas ditaduras de segurança nacional no continente. E é a partir desse movimento que a questão da defesa dos direitos humanos passa a integrar a pauta das esquerdas no Brasil e em outros países do continente⁴. Assim, tem-se que, a partir dos anos de 1970, a renovação da cultura política, conduzida no bojo da luta contra o terrorismo de Estado e que se traduz na redefinição de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por parte significativa das esquerdas latino-americanas, tem como uma de suas dimensões a incorporação das temáticas relativas à defesa dos direitos humanos no continente⁵. Como seus congêneres em outros continentes, os movimentos que se estruturam nos países do Cone Sul também têm como base os princípios da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, mas ganha características específicas na identificação de seu inimigo comum, consubstanciado nos regimes ditatoriais então vigentes nos países do continente e na articulação internacional de seus aparelhos repressivos, a Operação Condor.

A imprensa de direitos humanos nos seus temas e conexões, remete a questões prementes naquela conjuntura e indica as articulações na conformação da importante rede de entidades que então militavam contra a violência de Estado imposta pelos regimes ditatoriais em nosso continente. No conjunto dessas publicações, que constituem uma contranarrativa aos documentos dos órgãos da repressão, é possível acompanhar inúmeras dimensões da repressão e do terror vivido naqueles anos, bem como a intensa militância daqueles grupos e entidades.

⁴ Aqui, cumpre destacar como propõe Lynn Hunt, que seria no decorrer da década de 1980, com a afirmação da atuação de organismos como a Anistia Internacional, fundada em 1961, e da *Human Rights Watch*, criada em 1978, que os impactos da Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) se fariam sentir na organização internacional mais ampla dos movimentos de direitos humanos. HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 .

⁵ . Para a discussão sobre cultura política, privilegiamos os textos de OLIVEIRA, Luciano. Direitos humanos e cultura política de esquerda. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 27, pp. 149-166, 1992. GOMEZ, José Maria. **Direitos humanos e redemocratização no Cone Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1988. e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, pp. 109-137, jan./mar. 2018.

No seu conjunto, esta coleção de periódicos editados e publicizados por entidades dos vários continentes indica a afirmação de práticas de produção e de distribuição de impressos e periódicos não só na constituição, na abrangência e no impacto da rede de movimentos de defesa de direitos humanos no período, como também na construção de suas articulações internas e externas, na conformação de estratégias de ação e no desenho de argumentos e narrativas comuns.

Abrangendo um período que se estende na metade da década de 1970 até o final dos anos 1980, reunindo uma grande quantidade de revistas, boletins e informes publicados por entidades de defesa de direitos humanos então atuantes na América Latina, com destaque para publicações argentinas, brasileiras, chilenas e uruguaias, a série documental periódicos e publicações do Fundo Clamor também contém uma quantidade expressiva de publicações de entidades atuantes em países de outros continentes como França, Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra entre outros.

Nessa direção, cumpre salientar o fato de que, no limiar da comunicação digital, da internet e das redes sociais, os movimentos de defesa dos direitos humanos e a rede transnacional por eles constituída emergem e afirmam-se com base nas tradições da cultura impressa. Naquele contexto, foi principalmente a imprensa produzida pelas entidades, em variados veículos e formatos, que viabilizou a rápida disseminação das notícias e denúncias, a articulação de ações locais aos contextos internacionais e a transposição das fronteiras territoriais e políticas dos países sob ditaduras de segurança nacional.

Aqui, interessa destacar que grande parte da força e do impacto da ação da rede naqueles anos parece dever-se à ampla repercussão de suas campanhas e denúncias. Foi também na publicização e socialização de denúncias, dos estudos sobre a situação dos direitos humanos nos diferentes países e na ampla divulgação de documentos de princípios saídos de seus encontros que se instituiu a narrativa em defesa dos direitos humanos que sustentou aquelas lutas e que, em parte, até hoje, encontra-se vigente entre nós.

Foi, sem dúvida, a partir desse amplo trabalho editorial, com base em pesquisa sistemática, reunião de informações esparsas, coleta de testemunhos e estudos jurídicos dos casos específicos, que se produziram não só as bases para as denúncias que, no período, lograram repercussão internacional e contribuíram para o avanço das lutas contra o terrorismo de Estado no continente, mas também os principais documentos e fontes de informação que deram suporte para as lutas por verdade, memória e justiça levadas a cabo nos diferentes países nas décadas seguintes.

Convém apontar que, não obstante a importância das publicações como os informes,

os estudos, os cadernos em série e as cartilhas para o desenvolvimento das ações das entidades naquele período, ganha destaque, na configuração da rede de comunicação e contrainformação constituída naquele campo, um tipo específico de publicação, que são os Boletins das entidades. Publicações de preparação e confecção mais simples e ágil que os *reports*, jornais e revistas, os boletins se adequavam melhor aos propósitos urgentes de atuação dos grupos, logrando agilizar a comunicação entre as entidades bem como imprimindo maior velocidade a difusão das denúncias sobre violações perpetradas pelos diferentes regimes. No conjunto da documentação de publicações e periódicos acumulados no Fundo Clamor, dentre os mais de 3.000 exemplares de publicações reunidas, grande parte é constituída por esses Boletins.

Uma visão mesmo que inicial dessa vasta coleção permite propor que, independentemente de suas estruturas organizativas e financeiras e das condições mais precárias e arriscadas sob as quais atuavam, a edição de um Boletim aparecia como principal canal das entidades na publicização de suas ações, posições e denúncias.

Firmando-se como espaço de intercâmbio com entidades congêneres para estabelecer uma rede de solidariedade em prol das vítimas da opressão militar, os Boletins indicam um movimento intenso de recebimento de cartas, depoimentos de vítimas e exilados, e contribuições diversas de entidades e pessoas de várias partes do mundo que se unem nessa militância.⁶

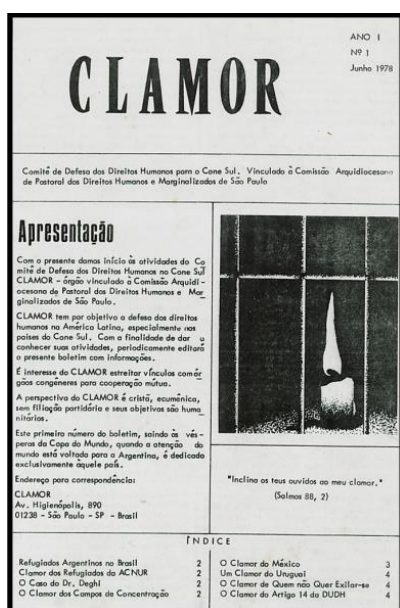
Este texto, que se dedica especialmente à análise ao Boletim CLAMOR, procura dar maior visibilidade ao Boletim como fonte de pesquisa, discutindo sua configuração editorial, e estratégias de difusão, assim como temas e questões por ele veiculados. Trata-se também de propor direções de reflexão sobre a atuação do comitê e suas articulações no interior desta rede composta por várias destas entidades.

O Boletim: edição e difusão

Como indicado anteriormente, entre os anos 1978 e 1985, o Clamor trouxe a público 17 edições de seu boletim, sendo que sua fase mais dinâmica ocorreu nos quatro primeiros

⁶ Várias dessas entidades, particularmente as que detinham maior estrutura, chegaram a organizar seções e serviços editoriais próprios. A análise de catálogos de duas importantes entidades dessa rede, como a Anistia Internacional, com atuação em todos os continentes, e a *Vicaria de Solidariedad*, de Santiago do Chile, com atuação mais restrita aos países do Cone Sul e mais especificamente ao Chile, fornece uma ideia da riqueza e da diversidade desses materiais, e indica um trabalho de edição dinâmico e crescente dessas entidades a partir da metade dos anos de 1970.

anos de sua existência, entre 1978 e 1981, quando foram lançadas 14 dos 17 números da publicação. Sem uma periodicidade regular, com edições mais frequentes nos anos iniciais, sua leitura indica que, pelo menos nesta primeira fase, a intenção era a de manter uma edição bimestral ou, no mínimo, trimestral. Sua não publicação em 1982, e o fato de que entre 1983 e 1985 o Boletim só veio a público uma vez por ano parece indicar problemas em sua dinâmica de produção. Importante sinalizar que em seu número 15, lançado em dezembro de 1983, portanto dois anos após o número 14, retomando os rumos e objetivos da publicação, o editorial “ O Quinquenário do CLAMOR: onde falamos um pouco de nós” logo de início nos previne “ os boletins têm sido mais esporádicos do que periódicos, mas nossa dedicação à causa dos direitos humanos no Cone Sul permanece constante”⁷. Aliás, na leitura que fizemos das várias edições do boletim, esta pode ser considerada uma segunda fase da publicação que parece delimitada tanto pelas mudanças da conjuntura como pela dinâmica de atuação do próprio comitê.



Capa do Boletim CLAMOR nº 1 – Fundo Clamor – CEDIC/PUC-SP.

Em seu primeiro número, em uma configuração modesta, formato ofício e quatro páginas, o Boletim trazia, em sua capa, a imagem que marcaria a atuação do Comitê – uma chama de vela acesa que brilha através das grades de uma prisão⁸. Esse primeiro número, lançado às vésperas da Copa de 1978 na Argentina, foi totalmente dedicado a denúncias das

⁷ Cf. Boletim CLAMOR, n. 15, dez. 1983, p. 4.

⁸ A criação dessa imagem é atribuída ao então preso político Manoel Cirilo de Oliveira Neto, liberado posteriormente, em 1979.

graves violações de direitos humanos naquele país. Dada a situação grave da repressão no país e a perspectiva da grande visibilidade internacional do evento e da presença de uma multidão de correspondentes estrangeiros, aquela era a oportunidade ideal para repercutir as denúncias. Conforme depoimento de Jaime Wright a Samarone Lima (2003, p. 64), “uma das coisas que a gente discutiu na época foi como aproveitar a Copa para denunciar o que estava acontecendo na Argentina”.

Já na segunda edição, publicada em julho de 1978, portanto apenas um mês depois do seu lançamento, o boletim ganha corpo e uma proposta editorial que, com pequenas variações, seria sustentada na maioria dos números publicados. A partir de então, o boletim assume realizar uma cobertura mais abrangente, abordando questões não só em relação a situação da Argentina, como também em relação aos demais países do Cone Sul que naquele período se encontravam sob regimes de exceção. Na organização de seus conteúdos, para além do editorial, notícias diversas e cartas, centra-se na seção Países, que com subseções relativas a Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai e Paraguai, trazia notícias e denúncias sobre a situação de violações de direitos humanos em cada um desses países. A partir do quinto número, a publicação mudou de formato, assumindo a configuração em meio-ofício, mais característica dos boletins/livretos editados no período pela imprensa dos movimentos, e expandiu o seu número de páginas para uma média de 20, chegando, em números especiais, a ser publicado com mais de 60 páginas.

Os dossiês especiais, que vieram a público em sete edições da publicação, tiveram conteúdos voltados para a discussão da situação de cada um dos países que se encontravam sob a atenção do Comitê, questões sobre a repressão aos movimentos sindicais e divulgação de documentos e resoluções importantes dos movimentos de defesa dos direitos humanos no continente.

Para cumprir os seus objetivos, o Boletim foi editado em três línguas: português (voltado aos brasileiros e à imprensa nacional), espanhol (direcionado às entidades de direitos humanos latino-americanas, familiares e amigos dos refugiados) e inglês (para as entidades europeias e da América do Norte). Não havia assinaturas, a distribuição era gratuita e todas as edições do Boletim e de outras publicações, bem como as atividades do grupo, foram financiadas por doações de organismos internacionais, como o Conselho Mundial de Igrejas, a Christian Aids, da Inglaterra, assim como outras entidades ligadas a igrejas protestantes e católicas na Europa e EUA.

Na primeira edição, o Boletim teve uma tiragem total de 1.500 exemplares, 500 em cada língua; em edições posteriores, chegou a editar mais de 2.000 exemplares, divididos

entre os três idiomas. As informações sobre a distribuição do Boletim são um forte indicativo não só de sua ampla difusão como também da importante rede de entidades no interior da qual o Comitê se articulou. Segundo indicações de Andrade (2000), os primeiros números do Boletim foram enviados a 22 estados brasileiros, 23 outros países do continente americano e 25 países da Europa e demais continentes. O próprio Boletim, no editorial do terceiro número, indicava que “o CLAMOR está sendo enviado a centenas de organizações e indivíduos na América Latina, América do Norte e Europa”⁹.

A edição do Boletim era um trabalho coletivo assumido pelo pequeno grupo que formava o comitê. Segundo informações da jornalista Jan Rocha, uma das fundadoras do Comitê, a redação das matérias e edição final de cada número da publicação era feita principalmente por ela e por Jaime Wright, “que tinha participação ativa na redação de muitas matérias sobre temas mais gerais e na rodagem e impressão do Boletim”. Fora o trabalho dos dois, a feitura do Boletim, em suas 3 edições, também contava com a colaboração voluntária e intermitente de outros militantes e refugiados.¹⁰ Aliás no Boletim 15 que retoma a publicação após dois anos de ausência, os editores indicam que após cinco anos de existência o comitê era proprietário de duas máquinas de escrever e que aquele boletim estava “sendo produzido – como os outros 14 o foram – por alguns dos 7 membros do Clamor e por amigos em serviço voluntário ou tarefa especial”.¹¹ Uma das dificuldades da feitura de cada número era o da publicação simultânea das edições em português, espanhol e inglês, ainda mais que chegavam ao comitê denúncias e informações redigidas nos três idiomas. Assim, era preciso traduzir documentos e cartas para português, espanhol e inglês, dependendo da língua em que estavam redigidos. Só então o Boletim podia ser editado e distribuído. Mas esta dificuldade da produção em três idiomas, era também uma das grandes armas da publicação. Devido principalmente aos contatos mantidos por Jan Rocha e Jaime Wright em países da Europa e da América do Norte, desde seu primeiro número, as denúncias do boletim chegavam rápida e simultaneamente nas mãos certas nos três continentes.¹²

A ampla difusão do Boletim nesta rede transnacional, composta por uma grande variedade de entidades e pessoas voltados para a defesa de direitos humanos, pode ser percebida não só pelas informações de registros documentais diversos do Fundo Clamor como

⁹ Cf. Boletim CLAMOR, n. 3, out. 1978, p. 2.

¹⁰ Informações fornecidas por Jan Rocha em conversa sobre o Boletim realizada no CEDIC em 12/04/2013.

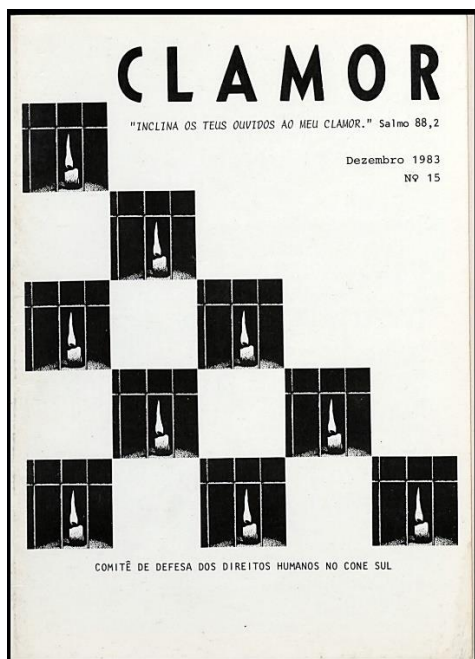
¹¹ Cf Boletim CLAMOR, n. 15, dez. 1983, p.7.

¹² Nascida na Inglaterra, a jornalista Jan Rocha **vivia** em São Paulo desde 1969, foi correspondente da BBC (radio) e do jornal The Guardian e fundou a ACE, associação dos correspondentes estrangeiros em 1977. Jaime **Wright**, paranaense, nasceu em Curitiba, estudou na Universidade e Arkansas e fez Pós-Graduação na Pensilvânia; pastor presbiteriano, manteve contato assíduo com o movimento ecumênico nas Américas e com o Conselho Mundial de Igrejas.

na análise dos editoriais, das notícias recebidas e, principalmente, da seção de cartas do próprio Boletim. Firmando-se como espaço de intercâmbio com entidades congêneres para estabelecer uma rede de solidariedade em prol das vítimas da opressão militar, o Boletim indica um movimento intenso de recebimento de cartas, depoimentos e contribuições diversas de entidades e pessoas de várias partes do mundo e que se unem nessa militância.

Na sua fase mais dinâmica, e que aponta uma atuação mais efervescente da entidade, o Boletim assumiu como centro de seus conteúdos a veiculação de denúncias e a sua rápida divulgação. Sua narrativa já começava a se definir nas quatro páginas de seu primeiro número, divulgando denúncias redigidas de forma clara e objetiva sobre graves violações de direitos humanos na Argentina.

Em suas várias edições, as matérias de denúncias de situações de perseguição, prisão ou desaparecimento de pessoas, mesmo que, por vezes, assumissem o formato de pequenas notas, eram precisas, convincentes e comoventes em seus resultados. Para cada vítima identificada, procurava-se recompor a trajetória e o perfil humano, e, além das informações sobre nome, profissão e atuação profissional e política, buscava-se recompor e denunciar as circunstâncias da prisão e outras violações, indicar autoridades envolvidas ou que se omitiram, bem como, quando possível, identificar a fonte das informações. Nos diversos números, pequenos intertítulos, tais como “Mãe denuncia desaparecimento de filha”, “Brasileiro preso na Argentina”, “Perseguição, prisão e tortura de líder camponês paraguaio” “Avó clama por seu neto desconhecido”, “Crianças desaparecidas no Uruguai” e, “Prisioneiro comete suicídio” “Filho pede por seu pai” deram sequência a esse compromisso de denunciar o quanto antes as prisões, os desaparecimentos e as arbitrariedades diversas ocorridas nesses países. Sem dúvida, foram essas notas denunciando as arbitrariedades e as situações vividas por pessoas de diferentes grupos sociais, idades, sexo e profissão, bem como o relato da situação de violência degradante e dos dramas vividos por elas, suas famílias e amigos, que conferiram o tom extremamente humano e comovente do Boletim. Por outro lado, a objetividade na organização da informação, a identificação precisa, sempre que possível, das pessoas, locais e, principalmente, das fontes de informação utilizada na redação das notícias conferiam grande credibilidade às inúmeras denúncias publicadas a cada número do Boletim.



Capa do Boletim CLAMOR nº 15 – Fundo Clamor – CEDIC/PUC-SP.

Como indicado anteriormente, após mais de um ano sem vir a público, o Boletim de número 15, distribuído em dezembro de 1983, indicou uma retomada da publicação. Nele, além de reconstituir o histórico da atuação do Comitê que então completava cinco anos de existência, já se anunciavam as possibilidades e o horizonte político de novos tempos, com o desenvolvimento das lutas democráticas em vários países do Cone Sul. Nesta fase, na qual só editou um número a cada ano, apesar de ainda conter denúncias sobre prisões e outras situações de violações de direitos humanos, a publicação empenhou-se muito mais na mobilização para a discussão sobre o período de transição e sobre as tarefas colocadas para os movimentos de defesa dos direitos humanos nessa nova conjuntura.

Na descrição geral do projeto editorial do Boletim, além da intensa veiculação de denúncias, há de se destacar a publicação de abaixo-assinados, manifestos e documentos diversos de entidades e de pessoas em prol da defesa das vítimas e por garantias de vida e de direitos nesses países; de materiais de campanhas e documentos de encontros diversos dos movimentos de direitos humanos; e de documentos e artigos de discussão sobre a atuação da Igreja latino-americana nessa área.

Indique-se que a escrita tanto das pequenas notas de denúncia como das matérias de maior fôlego sobre temas diversos revelam procedimentos que se pautam em pesquisa sistemática e criteriosa, coleta de testemunhos e estudos de casos específicos, cruzamento de fontes, checagem da autenticidade e veracidade das informações produzidas. Destaque-se, também, a crescente publicação de levantamentos com informações sistematizadas e

organização de estatísticas sobre atos da repressão e situação das vítimas, que procuravam dar credibilidade e produzir a contrainformação acerca do contexto da repressão em cada país. Aliás, muitas vezes as notas de denúncia eram precedidas por breve análise mais geral que buscavam inserir cada uma das vítimas e situação de violação dos direitos num contexto mais amplo. Este é o caso, por exemplo, do breve texto que aborda a repressão a cientistas e a entidades científicas realizada desde o golpe na Argentina, ao qual se seguem pequenas notas de denúncias específicas sobre demissões, prisões e desaparecimentos de cientistas e de repressão a reuniões e outras atividades da área, publicado no Boletim 2.¹³ Tais matérias indicam um trabalho contínuo e sistemático de organização das informações que se vale tanto de informações fornecidas diretamente pelos exilados e vítimas como das colhidas em documentos e estudos de organizações como a Anistia Internacional .

Sob a influência não só do “espírito” da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas também do discurso religioso da Igreja Latino-Americana após a implantação das diretrizes do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, a narrativa do boletim é costurada pela associação entre direitos humanos, religiosidade cristã e resistência não violenta e pacífica. Na composição de suas mensagens, os boletins alinhavam uma narrativa peculiar na qual se costumam princípios da cultura de paz, da não violência e da legalidade internacional pós-Declaração dos Direitos Humanos com a linguagem de cunho religioso, por meio da qual referências ao inferno e ao purgatório sinalizam locais de prisões e tortura de vítimas submetidas ao martírio, em que salmos e trechos extraídos de documentos religiosos indicam a necessidade da defesa da vida e da audição ao clamor dos perseguidos, além de artigos extraídos da Declaração de Direitos Humanos intercalados entre diferentes seções e notícias denunciando a ilegalidade das práticas de tortura e pugnando pela defesa das liberdades civis e do direito à vida. A publicação de documentos de resoluções e outros instrumentos normativos de organizações internacionais como a Anistia Internacional, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, da Cruz Vermelha, dentre outros, ajudam a compor esta narrativa e trazem suporte à defesa da legalidade internacional na área da defesa dos direitos humanos.

¹³ Cf Boletim CLAMOR, n. 2, jul. 1978, p.9.

Lendo o Boletim: temas e campanhas

O principal foco do boletim nas suas dezessete edições foi sem dúvida a denúncia sobre as perseguições arbitrárias, os sequestros dos opositores, a existência de centros de detenção clandestinos, as torturas e sevícias de prisioneiros e a morte e o desaparecimento das vítimas.

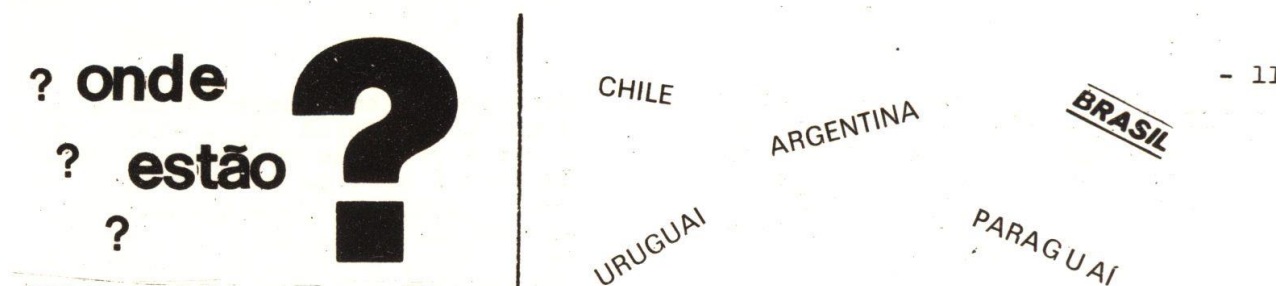


Imagem Boletim Clamor 5 – Fundo CLAMOR/CEDIC-PUC-SP.

O tema dos mortos e desaparecidos políticos recorrente nas denúncias em quase todos os números da publicação cresce e se articula a campanha internacional pela identificação do destino de milhares de pessoas presas e desaparecidas pelas ditaduras no continente. Se no primeiro momento a questão é tratada em pequenas notas que visam denunciar da prática de sequestros clandestinos de opositores ao regime por grupos paramilitares na Argentina, país no qual reconhecidamente tal prática “alcança números assustadores”, logo passa também a ser denunciada como uma tática repressiva que é utilizada de forma recorrente pelas forças repressivas de vários outros regimes no continente e que atinge um grande número de pessoas dos vários segmentos políticos, ideológicos e profissionais nos diversos países. Já no Boletim 3, trazendo denúncias sobre os desaparecidos na Argentina os editores assumem explicitamente a avaliação de que agora está claro “ que esses desaparecimentos não são excessos, mas arma regular na guerra de terror contra a população”. E que “não fora, assim, os esforços desesperados de milhares de famílias para obterem alguma notícia de seus membros desaparecidos não seriam obstados por um muro de silêncio, cinismo e ameaças.”¹⁴

De forma crescente nas páginas dos diversos boletins pequenos intertítulos de notícias tais como “ Chile: 618 desaparecidos”, “Lista de pessoas desaparecidas em Mendonza”, “Clamor na Bolívia por desaparecidos” “ Argentina busca desaparecidos”, muitas vezes

¹⁴ . Cf. Boletim CLAMOR, n. 3, out. 1978, p. 6.

acompanhadas listas nominais de pessoas desaparecidas, indicam não só o reconhecimento da abrangência transnacional “desse alarmante fenômeno do desaparecimento no continente” como uma progressiva articulação dos movimentos de defesa dos direitos humanos na denúncia sobre sua ocorrência nos diversos países. A consigna *¿Donde Están?*, assumida pelas organizações de familiares, ganha visibilidade na publicação das diversas listas de pessoas desaparecidas recebidas ou sistematizadas pelo comitê indicando uma dinâmica na qual os movimentos e as entidades dos diversos países progressivamente assentam os registros das denúncias sobre a “enormidade” do fenômeno do desaparecimento de pessoas . A reprodução de diretrizes e resoluções sobre a questão assumidas por organismos internacionais e encontros e entidades de defesa dos direitos humanos ajudam a alimentar a campanha internacional que visava pressionar os governos ditatoriais para que estes dessem publicidade as listas completas de pessoas detidas bem como informassem o paradeiro de milhares de sequestrados e desaparecidos pelos regimes nos diversos países.

Nas páginas dos boletins, em meio a denúncia sobre o fenômeno do desaparecimento de milhares de pessoas, vítimas especiais, as crianças desaparecidas, vão, progressivamente, ganhando destaque.



Imagem de crianças do Boletim Clamor 5 – Fundo Clamor /CEDIC-PUC-SP.

Após publicar notas esparsas contendo denúncias sobre prisões violentas e tortura de pais na frente de filhos, perseguição a filhos de exilados e apelos de mães e avós para localização de netos desaparecidos junto com filhas e filhos sequestrados e/ou nascidos nas

prisões, sob o título “As crianças as vítimas inocentes do terror”, o Boletim 4, publicado quando o ano de 1979 já havia sido anunciado como Ano Internacional da Criança pela ONU, traz a primeira matéria de destaque sobre a questão. Iniciando uma campanha pela localização de crianças e adolescentes sequestrados e desaparecidos, estampando a foto de quatro crianças sequestradas, que, aliás, se constituem nas únicas fotos publicadas no boletim durante toda sua existência, o texto abre campanha argumentando:

*“ 1979 é o ano Internacional da Criança. Para celebrá-lo serão feitos discursos, organizados solenidades, selos especiais serão impressos. Porém para milhares de famílias na Argentina, Uruguai e Chile a única comemoração sincera do Ano Internacional da Criança deveria ser a reunificação das milhares de famílias que foram desmembradas a força pelo sequestro e detenção ilegal de pais, mães, filhas e irmãs. E, acima de tudo, a localização e o retorno as suas famílias de muitos bebês nascidos de mães sequestradas e de pequenas crianças presas com seus pais, e dos quais nada se sabe. **ONDE ESTÃO?**”*

A matéria, que ocupa duas páginas e meia daquele número do boletim traz a listagem nominal de 17 bebês e crianças pequenas e 22 adolescentes que desapareceram indicando para cada um dos listados o nome completo, data de nascimento, nome dos pais, data e circunstâncias do sequestro. A matéria finaliza com relatos sobre a prisão de muitas mulheres grávidas, das condições desumanas sob quais nasceram as crianças, e a indagação/cobrança sobre a transformação desses bebês em presos desaparecidos. A campanha ganha força com a difusão internacional da notícia da localização no Chile pelo Clamor dos irmãos uruguaios, Anatole e Victoria Grisona, sequestradas em 1976 na Argentina. O tema das presas grávidas e dos bebês nascidos nas prisões valeria a publicação de um número especial em agosto de 1979 que dedicado exclusivamente a reprodução do relatório preparado pela *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos* – APDH, importante entidade de defesa de direitos humanos atuante na Argentina, e com a qual naquele momento o grupo do Clamor já mantinha contatos .¹⁵ A campanha seguiria pelos boletins publicados posteriormente que via de regra traziam a atualização das listas de crianças e adolescentes desaparecidos e grávidas sequestradas e presas, assim como notícias das crianças encontradas e das atividades para localização das crianças desenvolvidas pelas Avós da Praça de Maio e outros organismos e entidades com as quais o comitê mantinha contato mais estreito.

¹⁵ Indique-se que tal relato foi baseado no estudo da documentação de 57 casos e foi originalmente preparado para apresentação de denúncia dos familiares das vítimas frente a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Outro material relativo às crianças, produzido pelo CLAMOR e pelas Abuelas de la Plaza de Mayo para a campanha foram dois calendários sobre as crianças e as mães para os anos de 1983 e 1984.

O Boletim 16, publicado em novembro de 1984, seria o último a trazer notícias sobre as crianças desaparecidas. Nele a avaliação dos avanços em relação a situação das crianças é ambíguo já que naqueles anos, com a localização de dezenas de crianças, crescia a consciência dos movimentos não só em relação à amplitude do fenômeno, mas de sua crueldade que indicava a transformação dos bebês em troféus de guerra para as forças da repressão. Assim, se por um lado se comemorava a localização de 27 crianças sequestradas e desaparecidas e o encaminhamento pelas avós, com a ajuda de médicos norte-americanos de um dos problemas enfrentados pelos grupos que era o da identificação das crianças, por outro se lamentava que esses processos nem sempre chegassem a um final feliz, principalmente em relação às crianças entregues a membros das forças de repressão e registradas como filhos legítimos.

Saliente-se que a ênfase do boletim na denúncia sobre os presos desaparecidos expressava a própria dinâmica das ações do Comitê em relação a denúncia sobre esta assustadora “dimensão da terrível tragédia” que se abateu sobre os países do Cone Sul do continente com a instalação das ditaduras de segurança nacional e a cooperação entre as forças de repressão dos diferentes países.¹⁶ Aliás, o anúncio da organização, com a colaboração de mais oito entidades argentinas, e a publicação pelo Clamor do livro **Desaparecidos en la Argentina**, editado em espanhol e inglês, que sistematizava em mais de 400 páginas as informações recolhidas sobre os desaparecidos e sobre os centros de detenção clandestinos naquele país, bem como sua posterior entrega ao Papa pelo comitê, traduzem uma dinâmica de denúncia baseada no trabalho dedicado e a pesquisa criteriosa, sistemática e persistente do grupo em relação a esta questão.¹⁷

Outra dimensão relevante sobre as prisões arbitrárias e as condições a que eram submetidos os presos políticos no continente, foi a repercussão dada as denúncias sobre a existência dos centros de detenção clandestinos e sobre as condições degradantes enfrentadas pelos presos nesses “verdadeiros campos de concentração. Já no primeiro Boletim, extensa notícia publicada sob o título “O Clamor dos campos de concentração”, denúncia a existência e o funcionamento de aproximadamente 60 campos de concentração na Argentina.

¹⁶ Aqui, como Enrique Serra Padrós, estamos utilizando a expressão “ditaduras de segurança nacional” com referência aos regimes autoritários “[...] que se estabeleceram, desde o início dos anos 60, na América Latina, particularmente na região do Cone Sul, marcados por alguns aspectos gerais comuns, como, a Doutrina de Segurança Nacional, o alinhamento militante junto aos Estados Unidos na política de contenção do comunismo na concepção de guerra contra-insurgente contra todo questionamento às estruturas nacionais de dominação, o que redundou em uma guerra suja”. Cf. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, pp. 30-45, 2009. p. 32.

¹⁷ Ver Boletim CLAMOR, n. 15, dez. 1983, p. 8.

Fornecendo as fontes de dados usadas na sistematização dos materiais, os informes e testemunhos de exilados no Brasil, a matéria identificava e nomeava os principais locais de funcionamento dos campos e, a seguir, por meio de trechos de depoimentos, recompunha as terríveis e degradantes condições de acomodação, alimentação e higiene a que neles eram submetidos os presos, denunciando a prática, nesses locais, de eliminação clandestina e sistemática de prisioneiros que se encontravam sob custódia do Estado¹⁸. Cartas enviadas por ex-presos ou familiares, publicadas nas várias edições denunciam as condições cruéis e precárias a que estavam submetidos os presos políticos nos diversos países, como é o caso do extenso relato de ex-presos sobre o centro de detenção uruguaio conhecido como *El Infierno* publicado no Boletim 2. Com relação aos centros clandestinos de detenção destaque-se ainda a publicação no Boletim 15 de notícia sobre a realização em São Paulo, em outubro de 1983, de reunião promovida pelo comitê com os sobreviventes do centro de detenção clandestino La Cacha, e a publicação de trechos do documento final do encontro com a sistematização de informações e testemunhos sobre aquela prisão. Por outro lado, a publicação de pequenas notas e relatos sobre greves de fome realizadas pelos presos ou familiares, motins e atos de revolta nas ocorridos nas prisões em várias edições dão visibilidade a ações de resistência dos presos políticos e seus familiares.

Embora com menor ênfase, a situação dos refugiados e exilados também foi tratada pelo boletim. A discussão sobre as restrições da legislação com relação a asilo no Brasil, a extensão e as consequências dos movimentos de exílio decorrentes das situações políticas vigentes no Cone Sul, a situação das crianças exiladas, assim como notícias sobre ações e movimentos de protesto e resistência de exilados sul-americanos nos vários continentes sinalizam a presença e o foco através do qual as questões sobre exílio e asilo político eram abordadas nas páginas da publicação.

No contrapé das notícias sobre as vítimas, em vários momentos, reflexões sobre as relações entre a implantação e funcionamento dos sistemas políticos repressivos e a doutrina de segurança nacional no continente conduzem a denúncias sobre a colaboração conjunta e sobre o trânsito ilegal através das fronteiras nacionais das forças repressivas dos vários regimes. Ainda em 1983, na avaliação do comitê configurava-se um contexto no qual;

Em nome dessa doutrina, os povos do Cone Sul sofreram as piores agonias nos últimos anos. Dizendo-se defensores dos valores da assim--chamada "civilização cristã e ocidental", as Forças Armadas desses países, apoiadas pelo capital multinacional, excederam suas funções legítimas: golpearam a

¹⁸ Cf. Boletim CLAMOR, n. 1, jun. 1978, p. 2.

Liberdade, subvertendo, assim, o patrimônio histórico, cultural e popular das nações do Cone Sul.¹⁹

Notícias como a do sequestro ilegal de quatro uruguaios em Porto Alegre com a colaboração do regime brasileiro, ou a da localização em Valparaíso, no Chile, de crianças uruguaias sequestradas na Argentina, tornam visível as conexões e atuação orquestrada das forças repressivas dos países do Cone Sul, mais tarde identificada como a Operação Condor.

Outro tema que emerge da coleção diz respeito à articulação dos movimentos sindicais e de trabalhadores aos movimentos de defesa dos direitos humanos e de resistência às ditaduras nesses países. Indique-se que, a partir do número cinco, o Boletim também passou a dar ênfase à presença operária e dos movimentos sindicais entre aqueles que sofriam com a repressão e defender a organização em uma resistência com estratégias específicas voltada para a defesa dos líderes sindicais e das organizações de trabalhadores. Tal ênfase acentuou-se com a publicação no número 14, em dezembro de 1981, do dossiê “Os regimes militares e os sindicatos no Cone Sul”, inteiramente dedicado à questão operária e sindical.

Para além dos números com temas e notícias variadas, o Boletim, como indicando anteriormente, trouxe a público número especiais sobre os regimes nos diferentes países nos quais buscava-se traçar um quadro mais geral das origens dos sistemas vigentes ao qual se agregavam denúncias sobre violações aos direitos humanos, análises da situação política vigente e perspectivas de futuro em cada país. Assim como o primeiro número especial foi dedicado à Argentina, editaram-se números especiais referentes ao Paraguai (7), ao Uruguai (10), à Bolívia (11) e ao Chile (13).

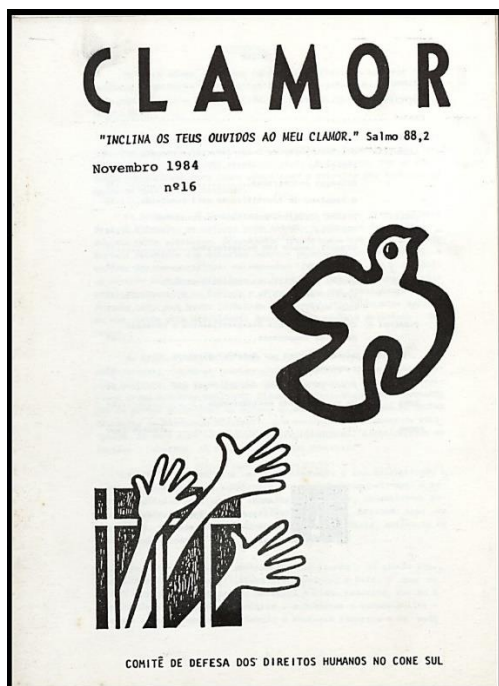
Denotando o campo religioso no qual se situava, o apoio de D. Paulo Evaristo Arns a atuação do grupo e presença do reverendo Jaime Wright na edição final da publicação, bem como sua articulação à Comissão Pastoral dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, a questão sobre a posição das igrejas, e principalmente, das igrejas latino-americanas, frente a situação de violência institucional e violação dos direitos humanos no continente é também tema relevante e recorrente nas páginas da publicação. Esta relevância, que também indica a proeminência das igrejas e de grupos religiosos na conformação e composição daqueles movimentos, se torna visível na existência em vários números uma seção específica do boletim nomeada de “Igrejas”, nos editoriais e documentos sobre a posição das igrejas em relação aos diversos regimes ditatoriais, seja pela conformação do próprio discurso da publicação costurada por uma narrativa de matriz cristã. Nos diversos boletins identificam-se editoriais que sob títulos tais como “ Igreja e Direitos Humanos”, “Nós e Puebla”, “ A

¹⁹ Boletim CLAMOR, n. 15, dez. 1983, p. 3.

Teologia das Brechas” que tratam da posição das igrejas latino-americanas frente ao tema dos direitos humanos, da perseguição de religiosos que se posicionam na defesa das vítimas, do silêncio e omissão de autoridades da alta hierarquia da igreja católica em alguns países. As muitas notícias sobre a ação de entidades e autoridades religiosas nos vários países ou a publicação de documentos de encontros religiosos apresentam-se como um discurso endereçado a autoridades, grupos e entidades religiosas, enunciando posições em defesa de uma igreja que seja “voz daqueles que não podiam falar ou por medo, ou por causa da prisão ou , fatalmente, por causa da mortes decorrente de um engajamento em favor dos pobres”.²⁰ . Já no Boletim 3, no editorial “Segurança Nacional, Repressão e Puebla”, após avaliação sobre as transformações doutrinárias resultantes de Medellin, quando a igreja “começou a libertar-se de sua tradicional vinculação com o poder, colocando-se ao lado dos fracos”, situando-se no campo das igrejas progressistas, os editores desenham um mapa das posições político doutrinárias da igreja católica nos países do Cone Sul. Destacando o corajoso trabalho desenvolvido pela igreja brasileira no acolhimento as vítimas, alinhando-se principalmente com as posições e ações da Vicaria de Solidariedade de Santiago do Chile e ao trabalho ecumênico desenvolvido pelo Comitê de Igrejas para Ajudas de Emergência do Paraguai, conclama religiosos dos diversos países a se prepararem para que a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano a ser realizada em Puebla no início de 1979, prossiga e avance em relação aos rumos que se tomou em Medellin.²¹ A reflexão sobre os resultados da reunião de Puebla, bem como as diversas notícias de encontros promovidos ou com forte engajamento de setores religiosos no continente sinalizam a militância do comitê, que junto com outros setores progressistas das igrejas cristãs nos países do Cone Sul, defendem uma presença ativa dos diversos organismos religiosos na defesa das vítimas e contra as violências perpetradas pelas ditaduras de segurança nacional no continente.

²⁰ Cf. Boletim CLAMOR, n. 5, mai. 1979, p. 4.

²¹ Cf. Boletim CLAMOR, n. 3, out. 1978, p. 2/5.



Capa do Boletim CLAMOR nº 15 – Fundo CLAMOR – CEDIC/PUC-SP.

Finalmente, destaque-se que naquela que aqui estamos identificando como sua segunda fase, o Boletim agrega aos temas sobre a violência e denúncias sobre a atuação da repressão e a defesa da legalidade e da restauração do Estado de Direito, os desafios trazidos pelos tempos da transição para a ação das entidades e movimentos. Como indicado anteriormente, em sua edição número quinze, de dezembro de 1983, momento em que a pressão internacional se fazia mais ruidosa sobre os diversos regimes e se procedia a transição para um regime civil em vários países, o Comitê já anunciava a sua avaliação sobre a nova conjuntura, indicando perspectivas e possibilidades para as lutas em defesa dos direitos humanos nesta parte do continente. Assim, o editorial no Boletim 16, frente aos avanços no processo na Argentina de Alfonsín e das lutas de resistência por mudanças no Uruguai e no Chile, propõe a renovação da reflexão sobre os rumos dos trabalhos das entidades que a partir de então “sem abandonar a luta pelo respeito aos direitos humanos” deviam assumir “as tarefas para reconstrução da democracia”, defendendo as perspectivas para a construção de uma “sociedade nova, justa e fraterna a que os povos latino-americanos tem direito”.²²

Indicando a afirmação desse caminho, o Boletim 17 seria dedicado exclusivamente à difusão das resoluções de seminário organizado em São Paulo pelo Comitê sobre o papel das entidades de direitos humanos naquela conjuntura política, social e econômica dos países do Cone Sul. Sobre esta importante reunião a publicação informa que:

²² Cf. Boletim CLAMOR, n. 16, nov. 1984, p. 2.

“O encontro foi resultado de nossa preocupação em discutir, com as entidades irmãs da região, as mudanças realizadas ou anunciadas em nossos países, e as repercussões que têm sobre nosso trabalho.

Por isso, optamos por fazer uma reunião com os organismos e entidades com os quais mantivemos maiores contatos e mais estreita colaboração ao longo desses anos de repressão, conscientes da importância que poderia ter tal iniciativa e com o aval de D. Paulo E. Arns. O Seminário foi uma reunião de trabalho exaustivo, durante a qual, pensando junto, discutimos, avaliamos a nossa prática, e estabelecemos propostas que deveremos introduzir em nosso trabalho a fim de torná-lo mais eficiente. Graças ao empenho de todos os participantes, foi possível realizar uma reflexão bastante rica a respeito da realidade atual dos nossos países, as estratégias comuns que as entidades devem adotar frente a Doutrina de Segurança Nacional, a vigência das leis repressivas, a manutenção do aparelho repressivo, a questão dos presos, torturados, mortos e desaparecidos por motivos políticos, dos exilados, a impunidade dos responsáveis pela aplicação das políticas repressivas, a violação sistemática dos direitos econômicos, políticos e sociais das classes populares, a corrida armamentista e a defesa da paz e da vida.

Assim, esses últimos Boletins, dando visibilidade a novas questões colocadas pela conjuntura de transição e de lutas pela redemocratização, trouxeram questões interessantes sobre os novos desafios enfrentados pelos movimentos de defesa dos direitos humanos no continente. E neles, via documentos e análise dos materiais diversos de discussão sobre o tema, é possível refletir sobre as propostas então emergentes no interior desses movimentos de criação de uma cultura de paz e de promoção dos direitos humanos em nossos países. Como sinalização de dever cumprido e abertura de uma nova etapa da militância, as novas perspectivas e desafios dos movimentos tornam-se públicos em abril de 1985, naquele que seria o último número do Boletim publicado pela entidade: Nas resoluções do encontro, naquele nova conjuntura que então se abria, os principais desafios dos movimentos seriam: romper o isolamento das entidades de direitos humanos; estabelecer um projeto comum de trabalho; conseguir o acesso aos meios de comunicação de massa; criar uma consciência popular em relação aos direitos humanos; e desfazer, através de uma prática firme e consequente, a acusação de "revanchistas" e "desestabilizadores", com a qual se tenta paralisar nosso trabalho.

Embora o Clamor enquanto entidade voltada para a defesa dos direitos humanos tenha mantido atividades até o ano de 1991, o Boletim CLAMOR só seria publicado até dezembro de 1985. A partir da metade dos anos 1980, no contexto da transição política no país, vários dos membros do comitê assumiram novas tarefas, e sem a pressão dos refugiados e com o avanço das lutas democráticas também nos outros países do Cone Sul, o comitê aos poucos vai

diminuindo suas atividades. Desta forma, as campanhas e atividades desenvolvidas pela entidade neste período não cotam mais com a divulgação de seu órgão de imprensa e só podem ser visualizados por meio de outros documentos reunidos no Fundo Clamor.

Ao final, cabe pontuar novamente a importância decisiva da publicação e difusão do Boletim como instrumento do Comitê na divulgação das denúncias, no impacto de as ações e campanhas e em sua articulação a outras entidades e movimentos de defesa de direitos humanos em grande parte no período em que se manteve ativo. No período mais ativo da entidade, foi principalmente por meio do Boletim que o Comitê viabilizou a rápida disseminação das notícias e denúncias, a articulação de ações locais aos contextos internacionais e a transposição das fronteiras territoriais e políticas dos países sob ditaduras de segurança nacional.

O Boletim, assim como as muitas outras publicações reunidas no conjunto da documentação de publicações e periódicos acumulados no Fundo Clamor, constitui material fundamental para todos os pesquisadores voltados para o estudo dos regimes ditatoriais nos países Cone Sul. Como se buscou indicar, no Boletim CLAMOR aqui analisado, assim como no conjunto das publicações, é possível acompanhar dimensões da repressão e do terror vivido naqueles anos, como as atrocidades vividas nos campos de prisioneiros, a escalada quanto ao desaparecimento de pessoas, o sequestro de crianças e adolescentes e as denúncias sobre a atuação coordenada das forças de repressão nos países do Cone Sul. Esses materiais também propõem uma reflexão estimulante sobre as redes de militância e solidariedade que se formaram frente à pressão extrema vivida pelos movimentos nesse momento histórico e sobre o papel das igrejas e das entidades religiosas naquele contexto. Para além das dimensões políticas explícitas desses processos históricos, a publicação recorrente de cartas, depoimentos e manifestações diversas de pessoas atingidas pela repressão possibilitam refletir sobre as dimensões humanas, afetivas, emocionais e morais daquelas lutas. Dando visibilidade a sujeitos coletivos e pessoas que se articularam naquela militância, propõe estudos sobre os caminhos e as estratégias de resistência na luta contra o arbítrio das ditaduras sul-americanas.

Referências

ANDRADE, Ana Célia Navarro. **Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul - CLAMOR**. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria. Preservação e patrimonialização do acervo do Comitê de Direitos Humanos CLAMOR - 1978/1991. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 5, pp. 1-14, 2015.

FRAGA, Guilherme Barbosa de. **A solidariedade não tem fronteiras: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul**. 2012. Monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

LIMA, Samarone. **CLAMOR: a vitória de uma conspiração brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, pp. 109-137, jan./mar. 2018.

GOMEZ, José Maria. **Direitos humanos e redemocratização no Cone Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1988

História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, pp. 30-45, 2009. p. 32.

OLIVEIRA, Luciano. Direitos humanos e cultura política de esquerda. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 27, pp. 149-166, 1992

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, pp. 30-45, 2009.

ROCHA, Jan. **Solidariedade não tem fronteiras**. São Paulo: **Expressão Popular**, 2018.